

O sobrinho pelo tio

Flora Süsskind

Pesquisadora da Fundação Casa de Rui Barbosa

Resumo

Memórias do sobrinho de meu tio tem ocupado um lugar à parte no conjunto da obra de Joaquim Manuel de Macedo. O ensaio procura demonstrar que através de uma experiência narrativa particular o autor retrabalha alguns de seus temas e técnicas característicos.

Palavras-chave

Teoria dos gêneros; romance; Rio de Janeiro; Joaquim Manuel de Macedo.

Abstract

Memories of my uncle's nephew has hardly been considered part of Joaquim Manuel de Macedo works. This essay tries to show that through a peculiar narrative experience the author reworks on some of his typical themes and techniques.

Keywords

Theory of gender; romance; Rio de Janeiro; Joaquim Manuel de Macedo.

As *Memórias do sobrinho de meu tio* foram escritas, segundo se informa em nota ao pé de página à primeira edição do livro, nos dois últimos meses de 1867 e no mês de janeiro de 1868. E seriam publicadas, em seguida, pela Tipografia Universal de Laemmert, em dois tomos: o primeiro, datado de 1867, abrangendo o prólogo e os seis capítulos iniciais; o segundo, datado já de 1868, contendo os sete restantes e um pequeno “*Post-scriptum*”.¹

Trata-se da continuação de *A carteira de meu tio*,² história de um rapaz, “impostor e atrevido”, nas palavras de seu tio, que deseja seguir carreira política e é obrigado por ele a viajar pela própria terra, para registrar a má administração provincial e o descaso generalizado com a Constituição de 1824 e as Leis do Império. Neste segundo livro, são relatados os seus esforços diretos para obter nomeações e, usando os cargos públicos, chegar à deputação.

Quanto à sua fortuna crítica, se não chega a ser propriamente extensa, o que parece repetir-se é, de um lado, certa surpresa com o livro, de outro, a afirmação de que as *Memórias do sobrinho de meu tio* ocupariam lugar à parte na obra macediana, chamando-se a atenção para a existência de um “outro Macedo”, ainda a ser estudado. Talvez se possa perceber, porém, que o Macedo deste livro não é tão outro assim.

E que parte do interesse deste segundo livro do “sobrinho do tio” reside exatamente no modo como o escritor retrabalha aí alguns de seus temas e técnicas característicos.

Interesse que residiria, igualmente, numa experiência narrativa particular, elaborando-se aí, em diálogo estreito com a ficção humorística de Manuel de Araújo Porto-Alegre, uma forma, calculadamente problemática, de locução e de uso da primeira pessoa do singular, que parece ter sido reelaborada por Machado de Assis, na sua prosa, a partir das *Memórias póstumas de Brás Cubas*.

As *Memórias do sobrinho de meu tio* funcionam, então, sob este ângulo, não só como exercício de desmontagem ficcional das formas usuais de carreira e retórica política no Brasil durante o Segundo Reinado, ou, por vezes, como sugestão, por parte de Macedo, de uma espécie de autoparódia, e de avesso cômico dos recursos narrativos mais estáveis da prosa oitocentista, mas, ainda, como ponto privilegiado de observação do diálogo machadiano com a primeira geração romântica brasileira. E é em torno desses aspectos, que as particularizam, que se examinarão aqui as *Memórias do sobrinho de meu tio*.

Mestre Pulga e o mágico armênio

Talvez se possa, então, tomar uma cena de *A luneta mágica* (1869) como figuração *a posteriori* para o uso estratégico, por Joaquim Manuel de Macedo, nos seus dois livros atribuídos ao “sobrinho do tio”, de um tipo de narração em primeira pessoa, pautada pela conjugação de auto-retrato e autodesqualificação, e responsável, em grande parte, pela singularidade de *A carteira de meu tio* e *Memórias do sobrinho de meu tio* no interior de sua prosa de ficção.

Trata-se, já quase no final da primeira parte de *A luneta mágica*, do momento em que Simplicio, seu narrador-protagonista, depois de fixar nos parentes e conhecidos um óculo

capaz de desvendar-lhes os desejos e maldades, resolve, de repente, voltá-lo, diante de um espelho, na sua própria direção. O resultado do exame é um crescente e desesperado horror a si mesmo que o leva a esmigalhar a luneta e a ferir-se com os pedaços de vidro que lhe ficam nas mãos.

A fonte provável da história de *A luneta mágica*, não é difícil perceber, é *Meister Floh*, “conto de fadas” humorístico, escrito entre 1821 e 1822 por E. T. A. Hoffmann. Nele, é ao recluso e solitário Peregrinus Tyss que o Mestre Pulga faculta o uso de uma lente microscópica, por fim rejeitada, que, de dentro do olho, lhe permite ler a mente alheia e orientar-se com mais desenvoltura pelo mundo exterior à sua casa.

Não são, porém, idênticos os instrumentos óticos e seus efeitos propriamente literários no romance de Macedo e na novela de Hoffmann. A lente usada por Tyss fica na pupila do olho, invisível, portanto, para os demais; a de Simplicio, fornecida por um mágico armênio, é, ao contrário, externa, visível, o que, a certa altura, chega a causar pânico generalizado. O efeito intrusivo sobre o cérebro alheio é, entretanto, semelhante. Com a diferença de, em Hoffmann, os pensamentos secretos, captados por Tyss, invadirem, por sua vez, entre aspas, e com certa autonomia, a própria narrativa; enquanto, em *A luneta mágica*, não se chega a dar voz aos “segredos da alma” dos observados, só Simplicio tendo, de fato, acesso a eles, e relatando-os, em seguida, com as suas próprias palavras, para o leitor.

Se, como já observou Antonio Candido, é por meio de “dois ou três traços mais ou menos pitorescos” que se define boa parte dos personagens macedianos – muitas vezes, como o Simplicio, desse livro de 1869, e o próprio “sobrinho do tio”, figuras sobretudo exemplares, ou, como o “Brás-Mimoso”, de *O moço loiro*, e “Constante”, o estalajadeiro de *A carteira de meu tio*, nitidamente caricaturais –, e se, na sua obra, tudo parece se passar “fora, não dentro dos per-

1 Joaquim Manuel de MACEDO, *Memórias do sobrinho de meu tio*, Rio de Janeiro, Garnier, 1904.

2 Idem, *A carteira de meu tio*, Rio de Janeiro, Emp. Tip. Dous de Dezembro, 1855.

sonagens”,³ não é de estranhar que sua “luneta mágica” seja de uso externo ou que a possibilidade de um multidirecionamento da narração — via leitura de “almas” — não chegue, de fato, a se concretizar.

E que, ao contrário do que ocorre no *Meister Floh*, de Hoffmann, Simpício não dê vez, enquanto narrador, a consciências alheias, limitando-se a encaixar o que vê, nos outros, em tipos e categorias morais convencionais. Funcionando, nesse sentido, a posse da luneta como uma sugestão de onisciência, como uma espécie de reforço da perspectiva narrativa. Daí só parecer necessário destruí-la quando se mostra capaz de dissolver a unidade de ponto de vista, de ameaçar a auto-definição inicial do narrador como um sujeito simplório, sem malícia. Ou de converter em reflexiva uma narrativa de caráter exemplar, como a de Macedo.

Macedo tematiza, assim, com grande acuidade, em *A luneta mágica*, o que havia de problemático, para ele, então, num dos “achados” básicos da composição de *A carteira de meu tio* e *Memórias do sobrinho de meu tio*: o recurso a uma narração em primeira pessoa, mas delegada a um protagonista ambicioso, atrevido, calculista, que passa, ao longo dos dois livros, de “nhonhô”, sustentado pelo tio, a político oportunista. Escolha particularmente delicada, tendo em vista a difícil convivência, numa ficção de dominância demonstrativa como a sua, entre uma perspectiva narrativa coesa e moralizante, que lhe parece fundamental, e uma possível

duplicidade no narrador, como sugere o misto de sinceridade e impostura com que caracteriza o “sobrinho do tio”.

Centralidade mesclada à derrisão que define, no entanto, o narrador destes dois livros. E afeta, é claro, a forma romanesca macediana. O que explica, em parte, a freqüente hesitação, dos que comentam *A carteira de meu tio* e *Memórias do sobrinho de meu tio*, em classificá-los como “romances”.

Comédia política

Temístocles Linhares, por exemplo, refere-se a *A carteira de meu tio* como sendo “mais um protesto eloqüente do que um romance” e a *Memórias do sobrinho de meu tio* como requerendo “tratamento à parte no conjunto da obra macediana”.⁴ Dalmo Barreto fala deste último livro como um “libelo terrível contra os maus políticos, contra a má política, contra os maus governos, contra os maus ministros, contra as eleições fraudulentas”.⁵ Franklin Távora os define como “sátira política e social”.⁶ Wilson Martins se refere a *A carteira de meu tio* como “panfleto político devastador”, “sátira alegórica à Conciliação e à vida pública em geral”, “sátira da hipocrisia social e do poder do dinheiro”.⁷ E Astrojildo Pereira fala em “panfletos políticos, intencionais e combativos”.⁸

Protesto, libelo, panfleto: se o caráter romanesco parece discutível, o propósito polí-

tico, ao contrário, é sublinhado por todos. Lembre-se, nesse sentido, um pequeno artigo de 1939 do mesmo Astrojildo Pereira, e dedicado exclusivamente às *Memórias do sobrinho de meu tio*, em que ele se pergunta “Romance?” e responde afirmativamente que “Sim, romance à feição de memórias, conforme o título”, mas para, logo em seguida, se explicar melhor: “é, antes de mais nada, uma sátira política, em que os costumes políticos do Segundo Reinado são criticados por mão ferina e desabusada. A ficção é nele o pretexto de que se serve o panfletário para zurzir as sem-vergonhices e os vícios políticos da época”. Sublinhando, ainda, que nessa “significação ou intenção essencialmente política” é que residiria o interesse da obra.⁹

Espécie de autocaricatura de um político, em meio à qual se discutem a Guerra do Paraguai; a legislação eleitoral; a emancipação dos escravos; a política de imigração; o sistema partidário; a política de Conciliação, não é à toa que se enfatiza a dimensão política das *Memórias do sobrinho de meu tio*. O curioso é que o relevo adquirido, aí, pelo aspecto político surpreenda tanto Astrojildo Pereira, por exemplo, como assinala, em setembro de 1939, na *Revista Acadêmica*.

Sobretudo se lembramos que, em 1867, quando começa a escrever o livro, Macedo acabara de se reeleger para a Assembléia Geral, pelo Partido Liberal, fora deputado provincial de 1854 a 1859, redator político em *A Nação* de 1852 a 1854, recusara um convite para tornar-se Ministro dos Negócios Estrangeiros em 1864, estivera incluído numa lista sêxtupla para o Senado em 1866, e fizera da política um dos assuntos obrigatórios dos folhetins de variedades que escrevera regularmente para o *Jornal do Commercio* de 1855 a 1862.

Igualmente discutível é a afirmação de Temístocles Linhares de que, em se tratando de obra de Macedo, “a apresentação da política brasileira é feita em *Memórias do sobrinho de meu tio*”, sendo este “um tema que não aparece nos outros livros”.¹⁰ Ora, basta pensar na comparação de D. Violante com “um deputado da oposição quando se discute o voto de graças”, que serve para sublinhar a sua loquacidade, em *A moreninha* (1844), para perceber como se acham entranhadas às tramas amorosas de seus textos referências, expressões e imagens ligadas à vida política brasileira oitocentista.

Lembrem-se, então, nesse sentido, de alguns dos títulos de capítulos (“Sessão preparatória”, “Crédito suplementar”, “O belo ministro”) de *Rosa*, romance divulgado em fascículos de 1849 a 1853. Ou o orçamento programado pela protagonista para gastar em trajes, acessórios, penteado e flores para usar num baile, que envolveria seu pai, seu tio Anastácio e o Comendador Sancho numa glosa de discussão parlamentar, logo no começo deste romance. Ou o personagem Faustino, publicista, redator simultaneamente de diversos pasquins políticos de tendências opostas, que, depois de desmascarado e despejado de todos eles, faria um comentário sobre as duas caras — a “cara de Aristides, de Régulo, cara de Catão”, com que “falam ao povo”; a “cara de fome”, com que “namoram as pastas e os grandes empregos”¹¹ — dos “homens grandes de todos os partidos” que parece prefigurar, em *Rosa*, a descrição da “multiplicidade de caras” de um “animal de difícil classificação” — o “ministro de estado polifronte” — levada a cabo pelo sobrinho-narrador no “Prólogo” de *Memórias do sobrinho de meu tio*.

3 Antonio CANDIDO, “O honrado e facundo Joaquim Manuel de Macedo”, in *Formação da literatura brasileira*, 6. ed. Belo Horizonte, Itatiaia, 1981, v. 2 (1836–1880), p. 141–2.

4 Temístocles LINHARES, “Macedo e o romance brasileiro”, *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, n. 14, 1959, p. 102.

5 Apud Tânia Rebelo Costa SERRA, *Joaquim Manuel de Macedo ou Os dois Macedos: a luneta mágica do Segundo Reinado*, Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional/DNL, 1994, p. 395.

6 Franklin TÁVORA, “Discurso recitado na sessão magna de encerramento pelo orador interino”, *Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Etnológico do Brasil*, Rio de Janeiro, Tip. Universal de H. Laemmert & C., 1882, t. XLV, p. 516.

7 Wilson MARTINS, *História da inteligência brasileira*, São Paulo, Cultrix/Edusp, 1977, v. 2 (1794–1855), p. 519–22.

8 Apud SERRA, op. cit., p. 378.

9 Astrojildo PEREIRA, “Memórias do sobrinho do (sic) meu tio”, *Revista Acadêmica*, Rio de Janeiro, n. 46, set. 1939, p. 6.

10 Op. cit., p. 97.

11 MACEDO, *Rosa*, São Paulo, Martins, 1945, p. 141.

Não é difícil aproximar, igualmente, certos comentários do “sobrinho do tio” das reflexões sobre a política que se seguem à decisão de Manduca, filho de Tomásia e Venâncio, de concorrer à Assembléia Provincial só para tentar impressionar Honorina, em *O moço loiro* (1845). “A política, que pode ser matéria muito espinhosa e intrincada em todo mundo”, pondera o narrador de *O moço loiro*, “reduz-se em certo país, que Manduca e nós conhecemos bem, a muito pouca cousa”. Pouca coisa que se limitaria, “quando se está debaixo”, a bradar “diante do público” e pedir “nas ante-salas”, e “quando se está de cima”, a choramingar “nos ouvidos do povo” e zombar “dele no gabinete”. Ou, quando se trata de eleições, a esconder, no fundo da gaveta, “certos papéis escritos, a que se tem dado o nome de constituição e leis”.¹²

Outro candidato a político, em tudo diverso de Manduca, com seu projeto de conquista amorosa, ou do “sobrinho do tio”, aproveitador confesso, é o protagonista de “Inocência”, um dos *Romances da semana* (1861). Inocência, ao contrário dos outros candidatos macedianos a político, é descrito como “matemático hábil, engenheiro prático e literato brilhante”. Recém-chegado à “capital do Império do Brasil”, dizia-se confiante na realização de três projetos: casar-se com a moça que amava, tornar-se deputado pelo seu distrito e encarregar-se de comissão importante, para “servir bem ao país”. Suas expectativas logo se frustrariam, porém, porque o rapaz não contava com quaisquer patronos ou empenhos, e acreditava que “eleição não é um favor que se anda mendigando”, que “a única potência eleitoral deve ser o merecimento do candidato” e que “atestados acadê-

micos” e “um exame público” lhe bastariam para obter uma nomeação.

Normas de conduta diametralmente opostas às que, segundo o desencantado padrinho de Inocência, dominariam, então, a vida pública local: “Rapaz, tu pensas que a eleição é uma bela realidade política, e ela não passa de uma comédia ou fantasmagoria constitucional”.¹³ Palavras quase idênticas, por sinal, às do “sobrinho do tio”, pensando em aproveitar-se, no entanto, de tal fantasmagoria a seu favor, no capítulo VII das suas memórias: “se o Brasil não tem partidos políticos legítimos, o remédio é arranjar o sistema representativo sem eles e dar graças a Deus por ter vida constitucional de comédia em vez da realidade constitucional”.¹⁴

Caráter cômico que seria levado ao pé da letra numa peça de Macedo encenada no mesmo ano da publicação em livro de “Inocência”: *A torre em concurso*, cuja estréia foi a 7 de setembro de 1861 no Teatro Ginásio, no Rio de Janeiro. Aí a disputa do partido vermelho e do partido amarelo, em torno de dois farsantes disfarçados de ingleses, para escolher o futuro construtor da torre da igreja, funcionando, “em ponto pequeno”, segundo Germano, um dos personagens da comédia, como “a imagem de uma grande cidade, cujo nome não quero dizer: as casacas vermelhas e nízias amarelas abundam por toda a parte”.¹⁵ E a puerilidade da disputa apontando para “partidos” que “não têm idéias, e só se agitam pela ambição e pelos ciúmes dos potentados”.

Críticas ao sistema partidário semelhantes às disseminadas em *A carteira de meu tio*, contra a substituição da “luta pelas idéias” por “briga pelo poleiro”, contra os chefes de partidos

“egoístas e ambiciosos, cujos princípios políticos se resumem todos no pronome — EU”, a ponto de “quer subam uns, quer subam outros, a cousa (andar), pouco mais ou menos do mesmo modo”.¹⁶ A ponto de, em *Memórias do sobrinho de meu tio*, liberais e conservadores serem descritos, a certa altura, como “almas fraternais”, como “dous irmãos gêmeos”. Imagem que, no entanto, só teria um amplo aproveitamento ficcional num romance como *Esau e Jacó*, de Machado de Assis.

Muitos dos temas de discussão política expostos em *A carteira de meu tio* e *Memórias do sobrinho de meu tio* aparecem, aliás, com destaque em outros textos de Macedo. A Guerra do Paraguai, por exemplo, comentada sobretudo no capítulo XII do segundo livro do “sobrinho do tio”, e que, durante o Ministério Zacarias (1866-1868), parecia passar, segundo comenta Joaquim Nabuco em *Um estadista do Império*, pelo seu período “mais difícil e ingrato”, sem “nenhum feito d’armas verdadeiramente decisivo, exceto a passagem de Humaitá (1868, 19 de fevereiro)”,¹⁷ já fora tema, em 1865, do romance *O culto do dever*.

Nele, ao contrário do que se dá nas *Memórias do sobrinho de meu tio*, não se fala, ainda, nas “ratazanas que engordam com a guerra”, nos novos impostos “lançados sobre o povo”, no país que “começa a fatigar-se da guerra”. No livro de 1865, o tom é outro, convocatório. Nele, Angelina, a protagonista, mesmo órfã, solitária, sem recursos, e ciente de que “não se designam para a guerra os homens casados”, adia o próprio casamento e incentiva o noivo a se alistar: “Sou uma pobre mulher e a pátria uma realidade majestosa; não lhe disputarei Teófilo”.¹⁸

A política de conciliação, a do Marquês de Olinda e do Marquês de Paraná, criticada em *A carteira de meu tio*, e a de Zacarias de Góis e Vasconcelos, criticada em *Memórias do sobrinho de meu tio*, fora comentada diretamente, por Macedo, quatro anos antes de o “sobrinho do tio” voltar ao tema, na “Crônica Política” de 1º de julho de 1863, publicada no primeiro número da *Biblioteca Brasileira*. Nela, mesmo supondo “que fosse nobre e generosa”, Macedo critica a idéia da “conciliação” e sublinha a necessidade de “certame e oposição de partidos”: “Atravessamos quase dormindo dez anos de tréguas entre os partidos políticos, tréguas cheias de decepções, tréguas, em que por isso mesmo que os partidos fraquearam, fraqueou também o sistema representativo”.¹⁹

Necessidade de oposição que parece se estender, por vezes, também ao processo narrativo, explicando-se, assim, o reaparecimento do Compadre Paciência, que fora preso no final de *A carteira de meu tio*, no capítulo IX de *Memórias do sobrinho de meu tio*, para funcionar, a partir daí, como antagonista do sobrinho-narrador.

Já a questão servil, motivo de preocupação do narrador e do Compadre Paciência em *Memórias do sobrinho de meu tio*, e de intensos debates parlamentares em 1867, por conta da introdução do tema da emancipação — “respeitada a propriedade atual, e sem abalo profundo em nossa primeira indústria, a agricultura” — na “Fala do Trono” deste ano e da discussão dos cinco projetos (de liberdade para os nascituros, de criação de Juntas Protetoras da Emancipação em cada província, de matrícula rural dos escravos, de liberdade em cinco anos, e em sete anos para os que serviam aos conventos) apresentados ao Conselho de

12 MACEDO, *O moço loiro*, Rio de Janeiro, Brigueit, 1937, t. II, p. 69.

13 Idem, *Os romances da semana*, Rio de Janeiro, Tip. Imparcial de J.M. Nunes Garcia, 1861, p. 228.

14 *Memórias do sobrinho de meu tio*, ed. cit., p. 165.

15 *Teatro completo*, Rio de Janeiro, Serviço Nacional de Teatro, 1979, t. I, p. 189.

16 MACEDO, *A carteira de meu tio*, ed. cit., p. 89.

17 Joaquim NABUCO, *Um estadista do Império*, São Paulo, Companhia Editora Nacional; Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1936, t. II, p. 55.

18 MACEDO, *O culto do dever*, Rio de Janeiro, Tip. de C.A. de Melo, 1865, p. 273.

19 Apud SERRA, op. cit., p. 313.

Estado, sob o incentivo do Imperador, pelo Marquês de São Vicente, não era, também, um tema novo para Macedo.

Basta lembrar *Considerações sobre a nostalgia*, sua tese, apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 11 de dezembro de 1844, parte dela voltada para o exame e os efeitos da nostalgia nos escravos africanos trazidos para trabalhar no Brasil, já que “ela ataca com dobrada facilidade aos que menos vizinhos estão das vias da civilização”, parecendo constituir-se, portanto, numa “fatal inimiga” da “agricultura do país”. E, dirigindo-se “particularmente aos agricultores e legisladores brasileiros”, sugeriria “reformatar cedo alguns de nossos costumes”, pois, segundo explica na tese, “quanto mais duro e severo é o regime, quanto mais pesada e difícil é a vida do homem em terra estrangeira, tanto mais facilmente pode invadir a nostalgia”.²⁰

Comentários diretos, analogias humorísticas, caricaturas de aprendizes de deputados: são, portanto, frequentes, e diversificadas, as referências políticas na prosa macediana. Mesmo num livro como *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro* (1862-1863), reunião dos seus folhetins sobre a história de alguns edifícios e instituições cariocas, divulgados originalmente no *Jornal do Commercio* de 31 de janeiro de 1861 a 17 de agosto de 1863.

E não deixa de ser curioso que neste livro, de temática a rigor nada política, mas onde tantas vezes a crônica mimetiza comicadamente a linguagem parlamentar – como no “Façam de conta que deu a hora no relógio da casa, e que o Sr. Presidente me convida a interromper o meu discurso reservando-me a palavra para a próxima sessão”²¹ com que se encerra um folhetim –, se esboça uma espécie de síntese da retórica dos políticos e de modelo para os nhonhós macedianos com veleidades políticas.

Observe-se, primeiro, o aprendiz de político descrito na seção “Um Passeio” do *Jornal do Commercio*:

(...) se é filho, sobrinho ou parente chegado de algum *senhor velho*, de algum membro daquela classe de privilegiados (...), se é *nhonhô*, (...) encarta-se logo na presidência de alguma província; da presidência da província salta para a câmara temporária; da câmara temporária pula para o ministério: uma questão de três pulos dados em alguns meses, e em duas palhetadas e meia, o *nhonhô*, que não foi ouvir as lições de nenhum mestre, que não teve noviciado, nem tempo para ler mais do que os *prólogos* de alguns livros, é declarado estadista de fama e salvador da pátria.²²

Descrição hipotética, mas capaz de dar conta da trajetória, não tão linear, nem tão rápida, do sobrinho-narrador rumo à sua primeira eleição em *Memórias do sobrinho de meu tio*. Do seu diploma comprado na Alemanha, da herança de parte dos bens do tio, do casamento por interesse com Chiquinha, aos postos obtidos via apadrinhamentos diversos, às cinco presidências de províncias e, por fim, à deputação e a um quase baronato.

Quanto aos comentários sobre a retórica parlamentar, em *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, enfatiza-se, por exemplo, o privilégio do “sofisma”, de formas truncadas de raciocínio, o que levaria a uma renomeação nada ingênua das coisas. Daí se chamar cadeia de “custódia”, prisão arbitrária de “averiguação policial”, esbanjamento de dinheiro público de “despesas secretas”, e assim por diante, como lista o cronista no capítulo XLIII desta coletânea de folhetins. Outro aspecto que se salienta, aí, no discurso político, é a sua

pouquíssima ilustração, a exibição de uma “cultura de prólogos”, de tiradas e citações extraídas de livros não lidos, voltada apenas para seu efeito imediato sobre os frequentadores das galerias da Câmara.

Lembre-se, nesse sentido, no capítulo XXXIX, antes de se iniciar, com uma citação de Araújo Porto-Alegre, a descrição da igreja de Santa Cruz, a comparação do cronista com um parlamentar:

Acho-me no caso de certos estadistas parlamentares que, descobrindo no prólogo de um livro novo de direito público uma tirada eloqüente, decoram-na palavra por palavra, e aproveitam a primeira ocasião para atirá-la no meio da câmara temporária, como se fora obra e parto feliz da sua admirável inteligência. Temos uma dúzia destas ilustrações que brilham pelos prólogos, que nunca passam dos prólogos, e que hão de morrer tendo sido sempre e somente prólogos.²³

Aspecto ornamental que já fora sublinhado, mas com endosso acrítico, pelo Manduca de *O moço loiro*, que imaginava o possível impacto de tal retórica sobre Honorina:

(...) é preciso dar-me ao estudo de palavras antigas e rabiosas... e isso quanto antes, porque no primeiro dia de sessão, peço a palavra!... oh!... ela há de ler o meu discurso; empenhar-me-ei para que saia no *Jornal do Commercio* todo cheio de apartes, apoios, apoiadíssimos, muito bem... e terminando com bravos, apoiados e aplausos!²⁴

Cultura de prólogos, exórdios e ornatos que, com tratamento humorístico, dominaria a narração em *Memórias do sobrinho de meu tio*.

Basta pensar no seu prólogo assistemático, que parece não começar nem acabar nunca; na referência a “Eneidas” – assim mesmo, com “s” – no capítulo VIII do livro; no latim de colégio, referido sempre que possível, mas muitas vezes, como no capítulo III, parecendo, propositadamente, recém extraído de alguma gramática escolar; ou no recurso frequente, e com o tom grave de quem diz grandes verdades, a frases feitas e ditos bastante populares à época.

Ou, ainda, no gosto pelo desvio e pela digressão, recursos característicos à exposição do “sobrinho do tio”, que, segundo se explica em *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, seriam marca registrada também do discurso político:

Os políticos são neste caso decididos inimigos dos geômetras, e apreciam os caminhos mais curtos de um modo diverso: julgam que as retas ou são cheias de perigos que podem demorar as viagens, ou terrivelmente maçantes pelas conveniências e considerações que se devem respeitar no caminho, e de ordinário preferem seguir as curvas que os livram de muitos embaraços, e enganam assim os tolos, que os supõem viajando para o norte quando eles têm os olhos fitos no sul.²⁵

Explica-se, assim, em parte, pelo seu caráter de representação irônica do discurso político, a dominância desses desvios e digressões em *Memórias do sobrinho de meu tio*. E é, possivelmente, porque, neste livro, não se fala apenas de política, mas como um político, que sua tematização da vida político-partidária brasileira, no Segundo Reinado, parece ganhar um relevo maior – daí os comentários de Temístocles Linhares e Astrojildo

20 MACEDO, *Considerações sobre a nostalgia*, Rio de Janeiro, Tip. de F. de Paula Brito, 1844, p. 20.

21 *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Tip. Imparcial de J.M. Nunes Garcia, 1862, t. 1, p. 330.

22 Ibidem, p. 300.

23 MACEDO, *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Tip. de C.A. de Melo, 1863, t. 2, p. 258-9.

24 *O moço loiro*, ed. cit., p. 77-8.

25 Ed. cit. de 1862, p. 281-2.

Pereira – do que no restante de sua obra, na qual, no entanto, como se viu, multiplicam-se referências a temas políticos, aspectos do cotidiano parlamentar, caricaturas de deputados e eleições.

Tudo o que se apresenta, habitualmente, em Macedo, como característico do discurso político (o cálculo, os desvios e trocas de posição, a lógica movida pelo interesse pessoal, a linguagem ornamental), passa, em *A carteira de meu tio* e *Memórias do sobrinho de meu tio*, do terreno do comentário ou da descrição para o plano da narração, torna-se constitutivo da voz narrativa. Não é alguém que, de fora, observa e critica o comportamento político. Nesses dois livros de Macedo, ao contrário, mimetizam-se a lógica, a motivação e a oratória dos políticos.

O que determina uma hipertrofia do narrador em primeira pessoa, adequada aos partidários “do eu e nada mais”; uma proliferação ornamental de nomes ilustres, figuras mitológicas e citações, só que já bastante conhecidas e rebaixadas pelo uso freqüente (algumas retiradas da *Eneida*, por exemplo, são empregadas diversas vezes pelo próprio Macedo noutros textos); um andamento sinuoso, uma narrativa pautada pelas idas-e-vindas, pelas digressões, também em sintonia com os muitos desvios, curvas e mudanças de direção no terreno da política.

Romance?

“A obra toda é uma longa digressão sobre e d’o sobrinho do meu tio”, comenta Tânia Serra em *Joaquim Manuel de Macedo ou Os dois Macedos*, sobre o livro de 1867-1868. Traço estilístico que, ao lado da ironia, teria sido “inaugurado”, a seu ver, nessa “narrativa digressiva bem no estilo da inglesa do século

XVIII, dir-se-ia mesmo ‘hobby-horsically tristramshandiana’”. Ou, segundo Temístocles Linhares, de “influência garretiana”.²⁶

É evidente que o aspecto digressivo não se inicia, porém, em *Memórias do sobrinho de meu tio*. O que já não seria possível, pensando apenas em *A carteira de meu tio*, cujo método narrativo seria mantido na sua continuação doze anos depois. Mas adestrado também no exercício continuado da crônica semanal de variedades no *Jornal do Commercio*. E nas interrupções, e narrativas dentro da narrativa, freqüentes no interior de seus romances. Como, em *A moreninha*, a história das prendas infantis, contada por Augusto; em *Rosa*, a transcrição do romance juvenil inconcluso de Juca; em *O moço loiro*, a história da cruz da família, relatada pela velha Ema, ou a da ruptura de Lauro com a família, exposta por meio de uma carta sua.

Parece ser, porém, essa escrita cheia de desvios um dos motivos da habitual dificuldade de classificação genérica de *Memórias do sobrinho de meu tio*. O que leva Tânia Serra a hesitar entre chamá-lo de “romance”, mas entre aspas, ou de “crônica romanceada”; Temístocles Linhares a referir-se a ele como um “estudo”; Astrojildo Pereira a considerar que Macedo não conseguira convertê-lo em “verdadeiro romance”.

Seu caráter digressivo se, por um lado, sintoniza *Memórias do sobrinho de meu tio* ao movimento oratório característico ao discurso político que parodia, por outro, parece afastá-lo tanto das peripécias folhetinescas quanto da minúcia descritiva de que Macedo costumava se utilizar na sua ficção. Pois, nesse segundo livro do “sobrinho do tio”, se estão presentes alguns temas macedianos fundamentais, como a ligação entre casamento e interesse econômico, ou entre vida pública e representação, assiste-se, ao mesmo tempo, a uma espécie de esvaziamento, de desdramatização da intriga, acompanhada da

superexposição satírica de um narrador que toma o lugar da história propriamente dita e se auto-retrata sem cessar. O que sugere, de fato, uma ruptura com o método narrativo e o modelo romanesco estabilizados àquela altura, em parte pelo próprio Macedo, na prosa oitocentista brasileira.

Ruptura que, no entanto, aproximaria *A carteira de meu tio* e *Memórias do sobrinho de meu tio* da tradição européia do “anti-romance”, desenvolvida, a partir do século XVII, por Marivaux, Fielding, Sterne, Diderot, Xavier de Maistre, e que, no romantismo francês, por exemplo, daria origem a textos como *Moinême* e *Histoire du roi de Bohême*, de Charles Nodier, *Caprices et zigzags* e *Fortunio*, de Théophile Gautier, *Nuits d’octobre* e *Les faux saulniers*, de Gérard de Nerval, *Voyage autour de mon jardin*, de Alphonse Karr, *Stello*, de Alfred de Vigny, e *Namouna*, de Alfred de Musset.

Esse conjunto, segundo a análise de Daniel Sangsue, em *Le récit excentrique*,²⁷ configuraria uma vertente narrativa particular, que denomina de “excêntrica”, marcadamente autocrítica, parodística, híbrida do ponto de vista genérico, de composição problemática, descontínua, digressiva, com a história atrofiada e uma presença insistente, muitas vezes insolente, do narrador. Elementos que, não é difícil perceber, contribuem para distinguir os dois livros do “sobrinho do tio” (ao lado, neste aspecto, de *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro* e *Memórias da Rua do Ouvidor*) no interior da prosa macediana.

Aliás, o próprio Macedo, no capítulo XVI de *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, aproximaria seu narrador-cronista do viajante ao redor do próprio quarto, de Xavier de Maistre. “Façam idéia de quantos livros escre-

veria Xavier de Maistre se viajasse por um convento de frades”, sugeria o cronista. E, diante da possibilidade de o leitor não o considerar tão espirituoso quanto o outro, dá por encerrada a discussão, afirmando: “e fico declarado por grande maioria de votos tão bom escritor como Xavier de Maistre, ou ainda melhor do que ele”.²⁸

É possível imaginar, também, que *O sobrinho de Rameau* tenha exercido forte influência na configuração de seu “sobrinho do tio”. Lembre-se, nesse sentido, uma das muitas autodescrições do sobrinho na sátira de Diderot: “Como o senhor sabe, sou ignorante, bobo, louco, impertinente, preguiçoso, aquilo que nós, bolonheses, chamamos de rematado tunante, velhaco, guloso”.²⁹ É com um misto de franqueza e baixeza que se revela, e à sua norma de vida, ao seu interlocutor-filósofo: “Fazer a corte, visitar os grandes, estudar suas preferências, prestar-se às suas fantasias, servir a seus vícios, aprovar suas injustiças: eis o segredo”.³⁰ Segredo que parece semelhante ao do “sobrinho do tio”, a quem, como no texto de Diderot, Macedo também encarrega de “narrar” desqualificando-se.

Quanto a essa dimensão autocrítica, fundamental na vertente “excêntrica” da literatura romântica, fica evidente, em *Memórias do sobrinho de meu tio*, não só na autocaricatura do sobrinho, mas quando se pensa que Macedo, ao mesmo tempo que satirizava o comportamento político, exercia, naquele momento, ele mesmo, um mandato parlamentar, ou quando se observa a quantidade de citações e referências, tratadas humoristicamente no texto, que, muitas vezes, parecem retiradas de obras suas anteriores. O “tal pai, tal filho”, da

27 Daniel SANGSUE, *Le récit excentrique*, Paris, José Corti, 1987.

28 Ed. cit. de 1862, p. 248-9.

29 Denis DIDEROT, *Obras romanescas*, trad. Antônio Bulhões e Miécio Tati, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962, t. II, p. 205.

30 Idem, *ibidem*, p. 228.

estrofe XXVIII de *Os lusíadas*, ou o “raros naufragos flutuam sobre o vasto abismo”, da *Eneida*, citados no segundo livro do “sobrinho do tio”, por exemplo, aparecem diversas vezes em outros textos de Macedo. O que sugere, por vezes, então, certas paródias de sua própria prosa via “sobrinho do tio”.

Outro dado autocrítico relevante é a tematização direta, por parte do narrador de *Memórias do sobrinho de meu tio*, da escrita daquele livro e da edição – segundo ele, involuntária – das anotações incluídas na “carteira do tio”. Essa discussão sobre a autoria era, aliás, tema caro a Macedo. Lembre-se a apresentação, ao final de *A moreninha*, do romance como da autoria de Augusto; ou o caráter de história que deveria ter sido contada por um outro (Firmiano), que, no entanto, prefere não o fazer, do romance *Nina*; ou a visão, pelo ator Martinho Vasques, do próprio Macedo morto na redação do *Jornal do Commercio*, e feliz porque não escreveria sua crônica dominical, na novela *O fim do mundo*. Ou, ainda, a história literalmente contada – vide a novela *A bolsa de seda* –, ou escrita – vide *O culto do dever* –, por um outro, comportando-se aquele que, nos dois casos, aparece como seu autor ora como ouvinte, ora como editor do texto alheio.

No caso de *Memórias do sobrinho de meu tio* essa dramatização explícita do processo autoral assume características um pouco diversas. A começar pelo fato de o seu narrador ter saído de um livro anterior, cujo final ficara em suspenso – com a prisão do Compadre Paciência – e permaneceria assim, conforme sugere o “*Post-scriptum*” do livro de 1867-1868: “A segunda parte destas *Memórias* é uma coisa que está na ordem das cousas”. O que, de certo modo, parece descolar o sobrinho-narrador dos livros em que aparece, singularizando-o como máscara autoral utilizável quando necessário.

Singularização acompanhada, porém, de um duplo anonimato. Exposto explicitamente quando da apresentação do seu método de

redação de discursos políticos, no capítulo XI das *Memórias*, como “uma grande manta de retalhos”, feita com “pedaços aplicáveis à política do Brasil” de textos alheios, sobretudo “de oradores notáveis”. O que discursa, portanto, não é seu. Quanto à identidade narratorial, sublinha-se, de um lado, uma extrema sinceridade – “eu patenteio, confesso o que sou” –, de outro, um “impenetrável incógnito” no meio de um “formigueiro de *Sobrinhos de seus tios*”. Anonimato e arrogante auto-exibição que caracterizam o “sobrinho do tio” e esboçam uma variação de foco nos dois livros de Macedo que o tomam como narrador.

O sobrinho-narrador

Variação de fato significativa se lembramos o caráter explicitamente demonstrativo, exemplar, de seus textos – contra o mimo excessivo, como em *Nina* (1871); contra a escravidão, como em *As vítimas-algozes* (1869); a favor do bom senso, como em *A luneta mágica*; contra a usura, como em *O rio do quarto* (1869) – sem falar na função condutora e moralizante neles desempenhada pelo narrador, muitas vezes com a parceria de algum personagem escolhido para atuar como um *raisonneur*, para sublinhar, a cada passo, para o leitor, a interpretação a ser atribuída aos dados ficcionais.

Basta pensar, nessa linha, no tio Anastácio, de *Rosa*, sempre ralhando, criticando saras, gastos excessivos e a maneira frívola de educar as moças então, ou na tia Violante, “veneranda Epaminondas do sexo feminino”, que condena o cálculo, o progresso, o casamento por dinheiro, e tenta abrir os olhos da sobrinha Clemência na novela *O romance de uma velha*.

Trata-se, na verdade, de convenção tomada de empréstimo à linguagem teatral oitocentista. E com presença destacada na própria dramaturgia macediana. Lembre-se, por exemplo, do sobrinho Brás, na versão teatral de *O romance de uma velha*, ou do tio

Anastácio de *Luxo e vaidade*. Neste caso, porém, hipertrofiando-se de tal modo o papel do *raisonneur* que, segundo comentaria Machado de Assis, em vez de “movimento dramático”, a peça estaria submetida ao “movimento oratório” da sucessão de “sermões” de Anastácio.³¹

Crítica semelhante às da época da estréia da peça, em 23 de setembro de 1860, no Teatro Ginásio, nas quais se chamava a atenção para o uso dos “cinco atos da comédia para dizer muito mais do que disse Larraga nos seus três volumes sobre costumes” e o fato de “o papel de Desgenais”, isto é, o seu *raisonneur*, estar “carregado demais”.³²

Não à toa, em *Memórias do sobrinho de meu tio*, Macedo dialogaria exatamente com essas críticas, fazendo o sobrinho-narrador se referir ao Compadre Paciência como um pretenso “Larraga constitucional”, um “Desgenais político”, empregando, assim, contra ele, as mesmas analogias (ao teólogo espanhol e ao personagem de Théodore Barrière e Lambert-Thiboust) utilizadas para ironizar o velho Anastácio de *Luxo e vaidade*. Espécie de endosso humorístico às críticas ao seu *raisonneur* que parece indicar o emprego, no livro do “sobrinho do tio”, de um outro tipo de estratégia ficcional, exposta não apenas nessa caricaturização propositada do Compadre Paciência, mas na figuração de um *raisonneur* caricaturado como narrador.

Há, na verdade, certa multiplicidade de fontes a enformar esse sobrinho-narrador. De um lado, dizer “sobrinho do tio” é dizer “filho família”, “apadrinhado”, “nhonhô moço”, como se assinala repetidas vezes nos

dois livros que o têm como narrador e protagonista. De outro, é virar ao avesso o “personagem ‘de dizer’”, o *raisonneur*. De um lado, é evidente sua ligação com textos como *O sobrinho de Rameau*, de Diderot, ou “La bibliothèque de mon oncle”, introdução de Nerval a *Les illuminés*, pertencentes ambos à “tradição” do anti-romance. De outro, sua aproximação a um personagem da então recente história política européia – Luís Bonaparte –, como se diz claramente na “Introdução *Et Caetera*” de *A carteira de meu tio*:

(...)na atualidade já não é qualquer cousa ser um homem sobrinho de seu tio: e se não, que responda uma das primeiras nações do mundo, por que se entregou amarrada de pés e mãos a um senhor só e simplesmente por ele ser *sobrinho de seu tio*.³³

Mas parece ter sido fundamental o diálogo com a própria literatura romântica brasileira, sobretudo com sua vertente humorística e, muitas vezes, autocrítica, para que Macedo forjasse o seu “sobrinho do tio”. Em particular com os *Excertos das memórias e viagens do coronel Bonifácio de Amarante*, texto de Manuel de Araújo Porto-Alegre publicado originalmente na revista *Íris* em 1848 e, com modificações, em livro, pela tipografia de Paula Brito, em 1852, e, de modo seriado, em 1858, em *A mamota*.

Este texto que, na sua primeira versão, era sobretudo uma paródia aos relatos de viagem, uma retomada do tema do “viajante como mentiroso”, sofreria uma grande transformação ao ser reunido em volume em 1852.

31 Machado de ASSIS, “O teatro de Joaquim Manuel de Macedo”, in *Obras completas*, Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1986, v. 3, p. 880.

32 Cf. Apêndice, in MACEDO, *Luxo e vaidade*, Rio de Janeiro, Tip. de F. de Paula Brito, 1860, p. 8-9 e 16. Devo a Jussara Quadros, da Unicamp, o acesso a esta edição.

33 *A carteira de meu tio*, 3. ed. Rio de Janeiro, Eduardo & Henrique Laemmert, 1867, p. 6-7. Quanto à referência a Luís Bonaparte, lembre-se a função de modelo que ele assumiria para Rubião no romance *Quincas Borba*, de Machado de Assis.

Nessa segunda versão, Araújo Porto-Alegre passaria a trabalhar com uma autoria dupla (Bonifácio e Tibúrcio de Amarante), cabendo ao sobrinho Tibúrcio acrescentar casos, acentuar o caráter de “peta” das histórias do tio, como ao sonhar para elas “reputação universal, qual teve o livro do muito espirituoso barão Munchhausen”.³⁴ E introduzir, por vezes, alguma insinuação à vida política brasileira em meio às rotas longínquas do Coronel Bonifácio de Amarante.

Dáí a breve crítica ao sistema eleitoral, espécie de “guerra perpétua dos pigmeus titãs”, em que, segundo o sobrinho Tibúrcio, “pode a intriga substituir ao valor” e “a cabala ao mérito”,³⁵ comentário logo interrompido, porém, para se falar do “celeste império” chinês. Dáí, interrompendo um relato de experiências com o galvanismo, a digressão de Tibúrcio, referência direta às discussões em torno do ideal da conciliação política, sobre a possível utilidade, para o governo brasileiro, de uma orquestra galvânica: “será um grande bem o ver um luzia e um saquarema dançando no mesmo pé, e fazendo as mesmas voltas igualmente e ao mesmo tempo”.³⁶

Quanto ao interesse de Macedo pelos *Excertos das memórias e viagens do coronel Bonifácio de Amarante*, um de seus folhetins de variedades divulgados na seção “A Semana” do *Jornal do Commercio*, significativamente do mesmo ano em que publica *A carteira de meu tio*, parece servir de comprovação direta. Trata-se da crônica de 18 de novembro de 1855, sobre a necessidade de a imaginação dos poetas fazer milagres “para se elevar e pôr-se a par dos prodígios realizados pela física, pela química, pela mecânica”.

E, segundo o cronista, mesmo os mentirosos, dentre eles os personagens de Araújo Porto-Alegre, poderiam, àquela altura, ficar “abaixo da verdade”:

O barão de Munchhausen, o coronel Bonifácio de Amarante e seu respeitável sobrinho o tenente Tibúrcio de Amarante, esses grandes viajantes, tão verídicos como quase todos os viajantes, principalmente os franceses, observando as milagrosas invenções e descobertas que tem feito o espírito humano, ficariam com vergonha dos *misérables prodígios* que viram em suas viagens, e com os quais pretenderam deixar o mundo de boca aberta.³⁷

Macedo, porém, ao retrabalhar o “sobrinho do coronel” de Araújo Porto-Alegre, aproveitaria até mesmo esse caráter de viajante. Mas apequenando decisivamente os itinerários de seu “sobrinho do tio”: duas idas à Europa, sem maiores comentários; a viagem, obrigada pelo tio, em *A carteira de meu tio*, pela região limítrofe à província em que residia; as passagens pelas províncias de que fora designado presidente, em *Memórias do sobrinho de meu tio*.

E, enquanto Porto-Alegre parece estar interessado sobretudo num jogo humorístico com o verismo típico da literatura de viagem e com a idealização romântica da figura do autor, Macedo acentua o aspecto político, apenas insinuado nos *Excertos das memórias e viagens do coronel Bonifácio de Amarante*, e converte um sobrinho apenas “mentiroso” num narrador “sincero”, mas indigno, interesseiro, oportunista. E um estilo digressivo, como o de Porto-Alegre neste texto, em princípio

básico de um relato, como o do “sobrinho do tio”, que serve de duplicata cômica da retórica política oitocentista.

Transformações por meio das quais se assiste, em *A carteira de meu tio* e *Memórias do sobrinho de meu tio*, ao esboço de um tipo de narrador cuja centralidade se faz acompanhar de desprestígio, de constante autocaricaturização, que parece anunciar o “narrador cheio de credenciais mas privado de credibilidade”,³⁸ a “primeira pessoa do singular usada com intenção distanciada e inimiga (comumente reservada à terceira)”,³⁹ analisados por Roberto Schwarz em *Memórias póstumas de Brás Cubas* e *Dom Casmurro*, de Machado de Assis.

Macedo, porém, não consegue estender o seu “achado” narrativo à construção do enredo ou à caracterização dos personagens. Ficando, nesse sentido, a Chiquinha, do segundo livro do “sobrinho do tio”, a única que se tenta, de certo modo, singularizar, como uma espécie de sobrinha sobressalente, demasiado semelhante ao marido-narrador. Quanto aos demais personagens, passando de Constante, o estalajadeiro do primeiro livro, sempre defensor do partido que está no poder, ao próprio tio, um constitucionalista modelar, e ao Compadre Paciência, uma duplicata, mais falante, do tio, funcionam, na verdade, como figuras exemplares do sermão político às avessas do sobrinho-narrador. E, quanto ao enredo, voltado para a obtenção de nomeada política, mantém-se linear, em contraste com os desvios do narrador. E só ao final de *Memórias do sobrinho de meu tio*, quando Chiquinha tenta obter, via conquista amorosa bipartidária, um baronato e um negócio rendoso para o marido, é que se consegue trabalhar, no plano da

história, com idas-e-vindas próximas às que definem o processo narrativo do livro.

Outro problema, que talvez explique, em parte, o fato de Macedo ter restringido sua experiência com um narrador auto-irônico a esses dois livros do “sobrinho do tio” e a *A luneta mágica*, e, por vezes, às suas crônicas de variedades, como se vê em *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro* e *Memórias da Rua do Ouvidor*, é a preocupação demonstrativa, dominante na sua ficção. O que o leva, em *A carteira de meu tio* e *Memórias do sobrinho de meu tio*, talvez temeroso de o público fluminense simpatizar demasiadamente com um oportunista declarado, a recorrer, ainda que o chamando de “doutor da mula ruça”, e permitindo ao narrador, por vezes, ridicularizá-lo, a um outro orador (o Compadre Paciência), desta vez confiável, que corta, de modo sempre moralizador, a narração do “sobrinho do tio”.

Assim como o pós-escrito às *Memórias do sobrinho de meu tio*, por meio do qual se troca o ponto final do sobrinho-narrador por uma pausa de suspensão, parece dar voz, por fim, não mais a um político como o que detivera a palavra até ali, mas a alguém que pede “mais juízo” ao governo e aos políticos. A uma outra figura de autor que procura se descolar dessa autocaricatura narratorial enquanto “sobrinho do tio”. E que, se, ao contrário do Simplicio, de *A luneta mágica*, chega a ceder a palavra à “consciência” observada, precisa, ao que parece, obedecer a limites semelhantes aos da duração das visões interiores oferecidas pelo óculo encantado. E exibir, ao final, com a prescrição de três Ave-Marias, uma troca de perspectiva. E uma outra instância narrativa, que sublinha, assim, a própria distância condutora.

34 Manuel de Araújo PORTO-ALEGRE, *Excertos das memórias e viagens do coronel Bonifácio de Amarante*, Rio de Janeiro,

Emp. Tip. Dous de Dezembro, 1852, p. 7.

35 Idem, *ibidem*, p. 19.

36 Id., *ibidem*, p. 22.

37 MACEDO, “A semana”, *Jornal do Commercio*, 18 nov. 1855.

38 Roberto SCHWARZ, “A poesia envenenada de Dom Casmurro”, in Ana PIZARRO (org.) *América Latina: palavra, literatura e cultura*, São Paulo, Fundação Memorial da América Latina; Campinas, Unicamp, 1944, p. 364.

39 Idem, *Um mestre na periferia do capitalismo*: Machado de Assis, São Paulo, Duas Cidades, 1990, p. 78.